

PROMOVER AVALIANDO O QUÊ?

Tânia Cristina Baptista Cabral

Roberto Ribeiro Baldino

UERGS – Unidade Guaíba - Engenharia em Sistemas Digitais

A avaliação

As discussões sobre avaliação na escola em todos os níveis têm sido pautadas pela esperança de que uma avaliação precisa poderia nos levar a uma promoção justa. Essa esperança funda-se na concepção substancialista de conhecimento como algo que se pode transmitir, adquirir e medir. Conseqüentemente, uma medida precisa, fiel, sensível e exata, que são os atributos das medidas em física, poderia nos assegurar decisões de promoção absolutamente justas: “só passa quem souber”, diz a canção. A dificuldade com a concepção substancialista é que o conhecimento só existe em seres humanos e, estes, são os principais interessados nos resultados das ‘medidas’ de conhecimento, porque a elas se liga a promoção. Se as minhocas soubessem que as mais grandinhas viram isca, certamente treinariam para encolher-se o mais possível. Diante dessa interação inevitável do medido com o aparelho de medida, caem por terra todas as esperanças de conservar atributos físicos nas supostas medidas de conhecimento. Não haverá, pois, refúgio para nossas consciências atrás de critérios objetivos de avaliação na hora de aprovar ou reprovar.

A promoção

Por outro lado, todo o processo de ensino em todos os níveis escolares, consiste na concessão de títulos e certificados de conclusão. Infelizmente, os certificados ou são concedidos ou não são concedidos, eis um truísmo que não se deve esquecer porque ele define a dicotomia da promoção. A promoção é sempre dicotômica: não se pode aprovar pela metade. Mesmo a aprovação condicional tem um momento em que se torna definitiva ou é anulada. Sempre há uma pauta de conceitos a preencher e eles convergem para o resultado 0 ou 1. Pode-se retardar a decisão de promoção, pode-se definir a periodicidade, pode-se dizer que ela é automática, mas ela se compõe de momentos de sim/não. Pode-se rejeitar o ‘não’ e adotar o ‘sim’, sistematicamente. Essa decisão, levada ao extremo mandaria outorgar títulos de doutor junto com a certidão de nascimento. Seríamos logo uma população de doutores... Em suma, promoção é seleção, e seleção é exclusão.

A avaliação promocional

A avaliação pode ser algo tão complexo quando se queira, mas não se confunde com promoção; avaliação é sempre subjetiva e não é quantificável, não se expressa por notas. Ela é indispensável para orientar o processo de ensino. Ela ocorre a cada momento do diálogo do professor com o aluno: a cada momento avaliamos o que o aluno entendeu para colocarmos nossa próxima fala. A instituição tem de avaliar os alunos para decidir o que lhes propor como próxima tarefa de aprendizagem.

As contradições surgem quando se atrela a promoção à avaliação. O conhecimento que a escola avalia *para promover* é um conhecimento cuja primeira forma é o lápis e o papel, é um conhecimento de classe social. A escola não avalia se na Amazônia a criança sabe distinguir quais cobras são venenosas, no Nordeste, não avalia se ela sabe subir no coqueiro para apanhar cocos, em Minas Gerais não se avalia se sabe ordenhar, no Pampa não se avalia se ela sabe montar a cavalo em pelo, nas cidades não avalia se ela sabe pegar uma bandeja de doces e vender na feira ou se sabe assentar tijolos. Dizem que a escola tem de preparar para a vida. Sim, mas para a vida de quem? Por que só uma classe social tem o direito de impor suas formas de conhecimento às outras? Qual concepção de educação sustenta isso? Se promover é preciso, promover segundo que critério? Sorteio, quem sabe? Sortear alunos para ocupar as vagas do estágio de ensino seguinte. Certamente, isso seria democrático. Dirão que é um absurdo, que é preciso... avaliar. Pois bem, mas *promover avaliando o quê?* É aí que começa a discussão política.